

# atos processuais



os atos feitos eletronicamente são considerados **tempestivos** quando praticados até as 24h do último dia do prazo!

## ASPECTOS GERAIS

- **Processo** = encadeamento de atos organizados (atos processuais) até se chegar à decisão final.
- **podem ser:**
  - atos jurídicos processuais em sentido estrito
  - atos-fatos processuais (independem de manifestação de vontade)
  - negócios jurídicos processuais
  - atos ilícitos processuais
  - fato jurídico processual em sentido estrito (fato não humano)

## NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL (acordos processuais)

- = fato jurídico **voluntário**, em cujo suporte fático se reconhece ao sujeito o **poder de regular** (dentro dos limites fixados no ordenamento) **certas situações jurídicas processuais ou alterar o procedimento**.
- princípio do **respeito ao autorregramento da vontade no processo civil** salvo quando expressamente exigido na norma jurídica
- é válido **independentemente de homologação do juiz**  
mas o juiz deve (de ofício ou a requerimento) controlar a validade desses negócios, recusando-os em caso de:
  - nulidade do negócio jurídico processual
  - cláusula de adesão abusiva
  - se a parte estiver em situação de vulnerabilidade
- é possível:
  - ajustar o procedimento às **especificidades da causa**
  - convencionar sobre seu **ônus, faculdades e deveres processuais**
  - **calendarização** para a prática de atos processuais
  - **saneamento** processual realizado pelas próprias partes
  - **inversão** consensual do **ônus da prova**
  - **redução de prazos** peremptórios

## TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS

- **Regra geral** → praticados em **dias úteis, entre 6h e 20h** de ser concluído após as 20h se:
  - prejudicar diligência ou
  - causar grave danodeclarados em lei sábados e domingos dias sem expediente forense

**DIA ÚTIL** = segunda a sexta (salvo feriados)

- sábado é feriado para fins forenses **ATENÇÃO!**

podem **fora do horário e em dias não úteis:**

citações  
intimações  
penhoras  
tutela de urgência

## FÉRIAS FORENSES

- **processam-se** durante as férias e **não se suspendem** pela sua superveniência:
  - procedimentos de **jurisdição voluntária** e os necessários à **conservação de direitos** (se prejudicáveis pelo adiamento)
  - **ação de alimentos**
  - **nomeação/remoção de tutor e curador**
  - processos que a **lei determinar** (ex.: ações de despejo, de desapropriação, consignação de aluguel...)
- durante as férias e os feriados **não se praticarão atos processuais**, salvo **tutela de urgência** e **citações, intimações e penhoras**

## LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

- **Regra geral** → praticados na **sede do juízo**  
pode ser excepcionalmente em outro lugar em razão de:
  - deferência
  - natureza do ato
  - interesse da justiça
  - obstáculo arguido pelo interessado (e acolhido pelo juiz)

## ASPECTOS GERAIS

- **Princípio da liberdade de formas** → para a validade dos negócios jurídicos **não há** (em regra) necessidade de se observar uma **forma especial**  
 → mesmo quando exigida forma específica por lei, se o ato preencher a finalidade essencial, será **válido**.
- **Princípio da publicidade** → os atos processuais são, em regra, públicos.  
 → tramitam em **segredo de justiça**:
  - caso o exija o interesse público ou social
  - ações "de família" do art. 693 do CPC
  - caso haja dados protegidos pelo direito à intimidade
  - que versem sobre arbitragem (se a confidencialidade estipulada entre as partes for comprovada em juízo)

## ATOS DAS PARTES

- os atos praticados pelas partes têm **efeito imediato**  
 → em regra, **não se exige homologação** dos atos para que produzam efeitos (salvo desistência da ação)
- mas o juiz deve **controlar a legalidade** os atos
- **consequências**:
  - irretratabilidade
  - preclusão consumativa

é **vedado** lançar nos autos **cotas marginais ou interlineares**, as quais o juiz mandará riscar, impondo multa de meio salário mínimo. 📋 **CAI MUITO!**

# atos processuais = FORMA =

## PRÁTICA ELETRÔNICA DOS ATOS

- os atos podem ser **total ou parcialmente digitais**
- deve ser compatível com o **princípio do acesso à justiça** e obedecer ao **princípio da publicidade**  
 → deverá ser assegurado o acesso às pessoas com deficiência
- o registro do ato processual eletrônico deve ser feito em **padrões abertos**  
 → **requisitos**:
  - autenticidade
  - integridade
  - temporalidade
  - não repúdio
  - conservação
  - confidencialidade (se necessário)

## ATOS DO ESCRIVÃO/CHEFE DA SECRETARIA

- **protocolo** → marca a propositura da ação
- **registro** → inscrição de fatos para consulta, histórico...
- **distribuição** → divisão imparcial do processo entre juízes

→ rubrica....

## PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ

- **sentença** → dá fim à atividade jurisdicional na fase de conhecimento ou extingue a ação de execução (cabe apelação)
- **decisões interlocutórias** → pronunciamento judicial com conteúdo decisório que **não** põe fim a uma fase processual em primeira instância.
- **despachos** → atos sem cunho decisório que impulsionam o processo (de mero expediente) (são irrecorríveis)

- **acórdãos** → pronunciamento por órgão colegiado de Tribunal ou Turma Recursal
- **decisões monocráticas** → pronunciamento feito por desembargador, ministro ou juiz relator em Tribunal ou Turma Recursal

## CLASSIFICAÇÃO

|                                |   |
|--------------------------------|---|
| origem                         | legais (regra geral)  |
|                                | judiciais (fixados pelo juiz)                                 |
|                                | convencionais (fixados pelas partes)                          |
| consequência do descumprimento | próprios (ocorre preclusão temporal)                          |
|                                | impróprios { ordinários (cabe sanção disciplinar)<br>anômalos |
| exclusividade do destinatário  | comum (destinado a ambas as partes)                           |
|                                | particulares (só para o autor ou réu)                         |

### PRAZO SUBSIDIÁRIO



DECORE!

- se a lei ou o juiz não determinar prazo, será de **5 dias** o prazo para **prática de ato processual a cargo da parte**

### PRAZO PARA COMPARECIMENTO

- se a lei ou o juiz não determinar prazo, as **intimações** só obrigarão o comparecimento **após 48h**.

## ATO PROCESSUAL PREMATURO

- com o novo CPC, o ato prematuro (praticado antes da intimação) tornou-se **tempestivo**.

## RENÚNCIA DO PRAZO

- quando **a parte não deseja praticar o ato** que lhe é permitido e quer dar curso ao processo.
- só é possível se o **prazo for estabelecido exclusivamente a seu favor**
- deve ser feita **expressamente** (petição nos autos)

# atos processuais

= PRAZOS = CAI MUITO!

## CONTAGEM DOS PRAZOS

- **prazos em dias** → computam-se apenas os **dias úteis** (processuais)



ATENÇÃO!

**exclui-se** o dia do **começo** e **inclui-se** o do **vencimento**.

- a depender da forma, o prazo inicia-se em momentos distintos:

| FORMA                                      | INÍCIO DO PRAZO  |
|--|--|
| pelos correios                             | juntada aos autos do aviso de recebimento  |
| por oficial de justiça                     | juntada aos autos do mandado cumprido  |
| por ato de escrivão ou chefe de secretaria | na data atestada   |
| por edital                                 | dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz   |
| intimação por via eletrônica               | <ul style="list-style-type: none"> <li>• dia útil seguinte à consulta ou término do prazo de consulta</li> <li>• há ciência tácita</li> </ul>                |
| citação por via eletrônica                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• 5 dia útil seguinte à confirmação do recebimento da citação</li> <li>• admite-se apenas ciência expressa</li> </ul> |
| por diário de justiça                      | data da publicação   |
| por retirada dos autos de cartório         | dia da carga   |

- **suspensão dos prazos** → entre 20/12 e 20/01, os prazos não correm e não há audiência ou sessão de julgamento

# atos processuais

= PRAZOS =  CAI MUITO!

## PRAZOS DO JUIZ

|                          |         |
|--------------------------|---------|
| despachos                | 5 dias  |
| decisões interlocutórias | 10 dias |
| sentença                 | 30 dias |


- são considerados **impróprios**. seu descumprimento não gera preclusão

## PRAZOS DOS SERVIDORES

- prazos para **servidores do Poder Judiciário**.

|                            |        |
|----------------------------|--------|
| remeter os autos conclusos | 1 dia  |
| executar                   | 5 dias |

## PRAZOS EM LITISCONSÓRCIO

- no caso de litisconsórcio em que houver **procuradores diferentes, de escritórios distintos**, os prazos serão praticados **em dobro** para:  independe de requerimento da parte
  - todas as **manifestações** (salvo embargos à execução)
  - qualquer **juízo ou tribunal**




**IMPORTANTE!** o prazo em dobro **não** se aplica a **processos eletrônicos**

**SÚMULA 641 (STF):** "não se conta em dobro o prazo para recorrer, quando só um dos litisconsortes haja sucumbido"

## VERIFICAÇÃO DE PRAZOS E PENALIDADES


### SERVIDORES PÚBLICOS

- o **descumprimento** dos prazos (remessa dos autos e execução dos atos) pode dar causa a instauração de **procedimento administrativo**.  
 o juiz deverá instaurar o processo administrativo (de ofício ou por representação das partes)

### PARTES

- principal consequência = **perda da prerrogativa processual de praticar o ato** (há preclusão temporal).

### PRECLUSÃO

= perda de uma situação jurídica processual ativa.  
 se a parte não pratica o ato no prazo, perde a possibilidade de fazê-lo

#### • Princípios:

- Princípio da segurança jurídica
- Princípio da boa-fé
- Princípio da duração razoável do processo

- em caso de **atraso na carga dos autos** (advogados, defensores e MP), o juiz imporá:

- perda do direito de vista fora do cartório
- multa de meio salário mínimo
- comunicação ao órgão de classe para apuração disciplinar

### JUIZ

- caso o juiz desrespeite os prazos, cabe:
  - representação à **corregedoria** do tribunal
  - representação ao **CNJ**

## ASPECTOS GERAIS

- o **cumprimento** dos atos processuais exige a **informação do destinatário** (comunicação)
- o **juiz** quem determina a {
  - citação
  - intimação
  - expedição de cartas

admite-se a prática de atos processuais por meio de:

- videoconferência
- outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real



## INTIMAÇÃO

= ato de **ciência** da prática de atos processuais

as partes já estão integradas ao processo

- feita **a partes, testemunhas, peritos, terceiros...**
- pode ser **direta** (pelo próprio advogado da parte) ou **indireta** (por intermédio do Poder Judiciário)

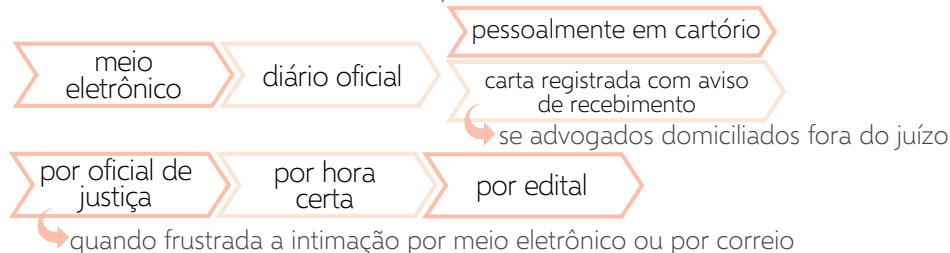
Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao **endereço constante dos autos** (ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado) **se a modificação** (temporária ou definitiva) **não tiver sido devidamente comunicada** ao juízo.

fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.



## ORDENS E FORMAS DE INTIMAÇÃO

(pelo escrivão/chefe de secretaria)



# atos processuais = COMUNICAÇÃO =

## CARTAS

- podem ser usadas para:
  - atos de **comunicação** diversos
  - atos de **instrução** e **constrição de direitos**
- expedidas quando se tratar de **ato** praticado **fora dos limites territoriais do juízo** competente
  - salvo no caso de comarcas contíguas ou integrantes da mesma região metropolitana (cabe comunicação pelo oficial de justiça)

## TIPOS

- Carta Precatória** (instrumento de cooperação interna: o juízo deprecante (competente) para julgar a causa) solicita a cooperação do juízo deprecado)
- Carta de Ordem** (expedida por tribunal em face do órgão imediatamente inferior (pressupõe vinculação entre juízos).)
- Carta Rogatória** (envolve ato de colaboração internacional: a autoridade de um país solicita ao judiciário de outro a prática de um ato processual)
- Carta Arbitral** **NOVIDADE!** (o juízo arbitral solicita a colaboração judicial para a prática de atos judiciais ou determinação do cumprimento de decisões arbitrais)

## HIPÓTESES EXCEPCIONAIS DE DEVOLUÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA

- faltar requisito legal (e puder causar prejuízo)
- incompetência em razão da matéria ou hierarquia
- dúvida acerca da autenticidade



## ASPECTOS GERAIS

regra geral = pessoalidade

- = dá **ciência** ao **réu/interessado** da **existência do processo**, chamando-o a participar possibilita o exercício do **contraditório** e da ampla **defesa**
- é **pressuposto de validade** do processo
- é **dispensada** em caso de:
  - indeferimento da petição inicial ou
  - improcedência liminar do pedido→ o réu é **intimado** para ter ciência dos atos praticados (não para participar da lide)
- se não for feita a citação regular, mas haja **comparecimento espontâneo do réu**, haverá sua **convalidação** (data do comparecimento = data da citação (início do prazo para contestação))

## EFEITOS

incompetência do Juízo não influi na validade da citação

- quando **válida**, são três efeitos:
  - induzimento da **litispendência**
  - litigiosidade** da coisa
  - constituição em **mora do devedor**

- também **obsta a decadência**
- o pronunciamento do juiz determinando a citação **interrompe a prescrição** (considera-se a data de propositura da ação) → não é "suspende"! **PEGADINHA!**

## MOMENTO

CAI MUITO!

- em regra, a citação deve ocorrer em **qualquer lugar** onde se encontrar o demandado
- salvo o **militar** → somente no local de trabalho, caso não seja encontrado em sua residência ou esta seja desconhecida
- não** se admite citação: (salvo em situação de urgência, para evitar perecimento do direito)
  - em culto religioso
  - em luto por familiares (7 dias)
  - no dia do casamento e nos 3 seguintes
  - de doente (enquanto for grave seu estado de saúde)

## FORMAS

### ORDEN PARA UTILIZAÇÃO DAS FORMAS

1. Citação por **meio eletrônico**
2. Citação pelos **Correios**
3. Citação por **Oficial de Justiça** → se for o caso, pode fazer a intimação por hora certa
4. Citação por **Escrivão/Chefe de Secretaria** → se o citando comparecer em cartório
5. **Citação por edital**:
  - for desconhecido ou incerto o citando
  - for ignorado/incerto/inacessível o local em que se encontra o demandado
  - expresso em lei

A citação **não pode** ser pelos **Correios** ou por **meio eletrônico** se:

- ações de estado
- demandado incapaz
- demandado é pessoa de direito público
- demandado residir em local não atendido
- autor requerer motivadamente que seja feita de outra forma

*atos processuais*  
**= CITAÇÃO =**

## PRAZOS

DECORE!

|  |   |
|--|---|
| para citação a contar da propositura       | 45 dias                                     |
| para disparar a citação                    | 2 dias úteis                                |
| para confirmar o recebimento               | 3 dias úteis                                |
| parte considerada citada (começo do prazo) | 5º dia útil após confirmação do recebimento |

início da contagem = dia útil seguinte ao começo do prazo

## ASPECTOS GERAIS

- a análise das irregularidades no processo deve ser **razoável e proporcional**
- Deve se considerar a **preponderância da decisão de mérito e de boa-fé**
- ↪ irregularidades podem nulificar o processo ou ser relevadas, dependendo da existência ou não de prejuízo

## CLASSIFICAÇÕES

- meras irregularidades
- invalidades que não podem ser decretadas de ofício (se não forem arguidas em momento oportuno, geram preclusão)
- invalidades que podem ser decretadas de ofício



Quando puder decidir o mérito a favor da **parte** a quem **aproveite** a decretação da nulidade, o juiz **não** a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

## INVALIDADE E PREJUÍZO

- a invalidade do ato processual está atrelada ao **prejuízo**
- ↪ se o ato for irregular, mas atingir sua finalidade, não haverá decreto de nulidade (princípio da instrumentalidade das formas)
- **princípio da fungibilidade**: o juiz deve tentar aproveitar os atos praticados com irregularidades convertendo-os em válidos (quando possível)
- se a lei previr determinada forma e a **irregularidade gerar prejuízo, o juiz decretará nulo o ato processual**
- ↪ os atos processuais subsequentes e relacionados ao ato praticado também serão afetados
  - se a nulidade for de uma parte do ato, não prejudicará aqueles que dela sejam independentes
- o ato **não será repetido nem sua falta suprida se não**



## MOMENTO PARA ALEGAÇÃO

- nulidades devem ser alegadas **na primeira oportunidade** que a parte tiver para se manifestar no processo (sob pena de preclusão)
- ↪ não se aplica aos processos cuja nulidade possa ser declarada de ofício ou quando a **parte** for legitimamente impedida de fazê-lo

## PROIBIÇÃO DA AÇÃO CONTRADITÓRIA

se a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, **não pode a parte que lhe deu causa requerê-la!**

## atos processuais = NULIDADES =

## INTERVENÇÃO DO M.P.

- em processos em que o MP deve obrigatoriamente atuar como **fiscal da ordem jurídica**, se ele **não for intimado**, pode ocorrer nulidade.
- ↪ a nulidade depende da manifestação do próprio *parquet*
- o processo será **nulo** quando o membro do MP deveria intervir no processo, mas **não o faz por falta de intimação**
- ↪
  - o MP deve se manifestar sobre a existência ou não de prejuízo
  - o juiz deve invalidar os atos desde o momento em que o MP deveria ter sido intimado

# atos processuais

## REGISTRO

- = **certificação da existência** do processo e sua diferenciação dos demais.
- permite que as partes e os interessados localizem e consultem o processo
- útil para fins históricos, estatísticos, fiscais, administrativos....

## DISTRIBUIÇÃO

- = forma aleatória e alternada de **distribuir**, de modo imparcial, **os processos entre juízes igualmente competentes**
- instrumento para assegurar a imparcialidade

### CASOS DE DISTRIBUIÇÃO DIRECIONADA (POR DEPENDÊNCIA)

- em caso de conexão ou continência
  - em razão de extinção anterior sem julgamento de mérito (quando houver reiteração do pedido)
  - quando houver risco de que haja decisões conflitantes ou contraditórias se feitas separadamente (ainda que não haja conexão entre as ações)
- os atos de distribuição podem ser **fiscalizados** pelo procurador da parte, pelo MP e pela DP.
  - com a distribuição, **abre-se prazo para pagamento das custas judiciais**(determinadas a partir do valor da causa)

## VALOR DA CAUSA



- toda causa que tramite no Judiciário deve ter seu valor
- **expresso** → ainda que indiretamente, pode ter repercussão econômica
- é determinado pela parte segundo os parâmetros abaixo

| AÇÃO                                   | PARÂMETROS LEGAIS                                   |
|--|---|
| de cobrança de dívida                  | principal + juros + penalidades                     |
| em face de ato jurídico                | valor do ato ou parte controvertida                 |
| de alimentos                           | 12 prestações mensais                               |
| de divisão/demarcação ou reivindicação | valor da avaliação da parte controvertida do imóvel |
| indenizatória                          | valor pretendido (inclusive da indenização moral)   |
| com cumulação de pedidos               | somatório do valor pretendido                       |
| com pedidos alternativos               | pedido de maior valor                               |
| com pedido subsidiário                 | pedido principal                                    |

- quando se pedirem **prestações vencidas e vincendas**, considerar-se-á o **valor de umas e outras**.
- valor das prestações vincendas =
  - **uma prestação anual** (se a obrigação for por tempo indeterminado ou por tempo superior a 1 ano),
  - **soma das prestações** (se por tempo inferior)